



Revisão da minuta do Contrato de Concessão

Consulta e audiência pública ANP 09/2019

Revisão das minutas do pré-edital & contrato de concessão

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2019.

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS

1) Escolha da Câmara Arbitral – Cláusula 34.5, alínea “b”

- Sem prejuízo de reconhecer os importantes avanços das cláusulas arbitrais, as regras para a escolha da Câmara Arbitral quando não houver acordo entre as partes podem ainda ser aprimoradas.
- Posição do IBP: Opção pela CCI seria a Câmara (reconhecida internacionalmente), visando também a simplificação do procedimento arbitral.

2) Prazos para Conciliação x Medidas de Urgência – Cláusula 34.2.3

- Preocupação quanto à imposição de prazos para conciliação possam obstar eventuais a adoção de remédios jurídicos de natureza cautelar e urgentes.

UNIFICAÇÃO / DEFINIÇÃO DE CAMPO

- Este tema é abordado nas cláusulas : 1.2.2, 1.2.4, 10.4 e 10,11,1 da minuta do contrato.
- Atualmente essas questões vem sendo amplamente discutidas e debatidas entre o IBP e a ANP, através da SDP.
- Recentemente, a SDP deu início à Tomada Pública de Contribuições TPC 09/2018, objetivando obter subsídios e informações dos regulados a fim de subsidiar as discussões.
- Expectativa de se haver um alinhamento antes da próxima Rodada de Licitações, razão pela qual a sugestão seria retirar do contrato as disposições referentes à unificação, evitando o desalinhamento entre as disposições da minuta do contrato e os termos da nova regulação.

GARANTIAS DE ABANDONO

1) Entender a visão da ANP quanto ao tratamento dado aos concessionários de acordo com sua capacidade financeira – Cláusula 18.8

- Discussões em andamento para adoção de outras modalidades de garantia, tais como a garantia com base na capacidade financeira data pela própria empresa (“auto garantia”).

2) Responsabilidade Solidária imputada a empresa Cedente nas hipóteses de Cessão de Contratos de E&P – Cláusula 28.6

- Insegurança jurídica diante da possibilidade da empresa cedente permanecer responsável pelas obrigações contratuais, mesmo após a efetivada sua cessão.

INTERPRETAÇÕES DOS DADOS

- Fornecimento de Dados Técnicos não deve incluir a interpretação a eles conferida pelo Concessionário. Cláusula 17.1
- Exigência conflita com o dispositivo da Lei 9.478/97 (Art. 22).

“O acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é também considerado parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, cabendo à ANP sua coleta, manutenção e administração.”

- A interpretação se trata de bem imaterial cuja propriedade intelectual pertence ao concessionário, e é produzida com base nas premissas de cada empresa, e sensível do ponto de vista concorrencial.

PRORROGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRODUÇÃO POR DETERMINAÇÃO DA ANP

- Prorrogação das atividades ao final da fase de produção, por determinação da ANP. Cláusulas 9.5 e 9.5.1
- Disposição agrega insegurança jurídica na medida que obriga o concessionário a prosseguir com atividades das quais não julga serem econômicas, mesmo após o término da fase de produção.
- Dispositivo denota uma atuação excessiva do Estado - e de razoabilidade questionável - em atividade econômica da qual somente o particular assume todos os riscos.
- Uma sugestão seria retornar à redação das cláusulas dos contratos de concessão das primeiras rodadas, onde havia exceção à sua aplicação com base no argumento da falta de economicidade.

ATUAÇÃO DA ANP NA DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE (CLÁUSULAS 1.2.45, 8.1.2 e 10.1)

- A Declaração de Comercialidade é a premissa fundamental do regime de Concessão. Através deste ato, decorrente de percepções e conclusões técnicas, financeiras e operacionais – particulares de cada empresa, que assumem de maneira exclusiva todos os consideráveis riscos decorrentes das atividades de E&P.
- Condicionar a efetividade da Declaração de Comercialidade à efetividade do Relatório do Plano de Avaliação – que inclusive deve também é da concessionário – agrega novos e indesejados riscos ao projetos (pela participação do regulador) e traz uma série de problemas, como por exemplo, impedir o início do prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento, início da Fase de Produção, etc.

HIPÓTESES DE RESCISÃO DO CONTRATO (CLÁUSULAS 30.1 ALÍNEA "F" & 30.4 ALÍNEA "C")

- A não aprovação do Plano de Desenvolvimento não deveria ensejar a rescisão automática do contrato de concessão.
- As hipóteses de rescisão de contrato deveriam ser apresentadas como uma faculdade ao ANP, ao invés de ser automática; de modo a permitir a avaliação pelo regulador da oportunidade / conveniência da rescisão ou da manutenção do contrato, segundo sua avaliação quanto à preservação do interesse público.
- Condicionar a efetividade da Declaração de Comercialidade à efetividade do Relatório do Plano de Avaliação – que inclusive deve também é da concessionário – agrega novos e indesejados riscos ao projetos (pela ingerência do regulador) e traz uma série de problemas, como por exemplo, impedir o início do prazo para apresentação do Plano de Desenvolvimento, início da Fase de Produção, etc.

REDUÇÃO DAS GARANTIAS FINANCEIRAS / RETIRADA DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DOS DADOS TÉCNICOS (CLÁUSULA 6.13.4)

- A redação original da Cláusula 6.13.4 está inconsistente com a nova redação da cláusula 5.9 (prevê que a **data de entrega dos dados à ANP será considerada para fins de cumprimento do PEM**).
- Na prática, o tempo necessário para a verificação prévia do atendimento aos padrões técnicos dos dados entregues à ANP (condição para a redução /devolução das garantias financeiras) por vezes **obrigado os concessionários a renovar as garantias financeiras**, o que impondo-lhes **custos adicionais e desnecessários advindos da desnecessária renovação das garantias financeiras**.
- A proposta do IBP (eliminar a exigência) representa um avanço no sentido da desburocratização do contrato, muito importante inclusive para os **projetos das empresas de pequeno e médio porte**, os quais seriam **severamente impactados por tais custos financeiros adicionais**.

CONTEÚDO LOCAL

Ajustes – cláusula removida dos contratos a partir da R14.

As regras de conteúdo local sofreram alterações a partir da R14, em destaque a remoção dos elevados percentuais de conteúdo local, anteriormente exigidos em diversas linhas e itens e subitens para a Fase de Exploração e Desenvolvimento da Produção (da R7 a R13) que passaram a ser exigidos de forma global, e macrogrupo dentro da Etapa de Desenvolvimento da Produção . Junto a redução dos percentuais, houve a remoção da cláusula de isenção da obrigação de cumprimento dos percentuais e de Ajustes (caso em que a indústria nacional consiga atender percentuais inferiores ao estabelecido em contrato).

As empresas entenderam de forma positiva a revisão dos percentuais de conteúdo local, entretanto, em um cenário de imprevisibilidade quanto ao futuro do mercado, não haver nenhum meio de se justificar a impossibilidade de atender os percentuais, mesmo que reduzidos, torna o processo inseguro e com consequências de penalização ainda que a Operadora não seja a responsável por descumprir a obrigação.

CONTEÚDO LOCAL

Utilização do excedente para outros blocos/campos a serem indicados pelo Operador nos casos de blocos devolvidos ou inexistência de outros módulos para realizar transferência

O mecanismo proposto preserva o excedente de conteúdo local realizado em um bloco/campo e valoriza o esforço das operadoras em adquirir compras com fornecedores nacionais, acumulando os valores realizados para aplicação em blocos/campos de outros contratos.

Remoção dos dispêndios relativos à taxa de operação da Unidade para fins de apuração de conteúdo local

A partir da R14 os contratos passaram a desconsiderar os dispêndios realizados em serviços para a operação da UEP na contabilização do conteúdo local realizado.

Pelo princípio da isonomia, o IBP entende que, assim como diversos serviços prestados por mão de obra nacional considerados para fins de apuração de CL, os dispêndios relativos a operação da Unidade, deverão também ser considerados.



INSTITUTO
BRASILEIRO DE
PETRÓLEO, GÁS E
BIOCOMBUSTÍVEIS

A casa
da nossa
indústria.